

BRASIL

brasil@gruposantander.com.br

MARCO TEMPORAL Ministros Zanin e Barroso deixam vantagem de 4 votos a favor dos povos originários; cinco integrantes devem votar na próxima semana

STF almeja maioria parcial a favor das terras indígenas

DA REDAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu maioria parcial, nesta ontem, a favor dos povos indígenas no julgamento sobre o Marco Temporal na demarcação de seus territórios ancestrais...



Nelson Jr. (SCO-STF) / Divulgação

No julgamento, retomado na quarta, após um adiamento em junho - o mais recente de uma série que pôs entraves ao trâmite iniciado em agosto de 2021 - o STF decide se valida ou rejeita a tese do "Marco Temporal".

A tese só reconhece como territórios indígenas aqueles ocupados pelos povos originários quando a Constituição foi promulgada, em 1988.

Ontem os ministros Cristiano Zanin e Luís Roberto Barroso votaram contra o Marco Temporal, que restringe novas homologações de terras, deixando o resultado parcial em quatro votos contrários e dois a favor.

Penaltria do STF ontem, no julgamento do Marco Temporal para terras indígenas

Depois dos votos de Zanin e Barroso, julgamento foi suspenso e deve continuar na próxima semana, com os votos dos outros cinco ministros que integram o STF. Com a indicação dos votos

contrário ao Marco Temporal, os ministros Zanin e Barroso se unem aos votos já dados pelos ministros Edson Fachin, que é o relator, e o ministro Alexandre de Moraes. Do outro lado, favoráveis ao Marco Temporal, estão Nunes Marques e André Mendonça.

Justiça O Supremo vai se manifestar concretamente sobre o caso do território Ibirama-Laklano, em Santa Catarina, mas o veredicto terá repercussão geral e poderia afetar muitas outras terras em disputa.

O ministro Alexandre de Moraes, que votou contra o limite temporal de 1988, propôs que o Estado indenize os produtores rurais que tiverem ocupado e adquirido terras regularmente e de boa-fé.

Os ministros Alexandre de Moraes, que votou contra o limite temporal de 1988, propôs que o Estado indenize os produtores rurais que tiverem ocupado e adquirido terras regularmente e de boa-fé.

Public notices from the Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) regarding agricultural training and land acquisition.

Public notices from the Prefeitura Municipal de Conceição do Coité and Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus regarding land acquisition and public works.

VÍDEO Diretora de creche dança 'Toma Rajadão' com crianças e é afastada

www.atarde.com.br/brasil

CASO SAMARCO

Novo acordo empenra e explicações divergem

LÉO RODRIGUES Agência Brasil, Rio de Janeiro

Diante da dificuldade de se concluir as negociações em torno da repactuação do processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco...

duas grandes tragédias da mineração ocorridas no estado de Minas Gerais: o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, no ano de 2015, e o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, no ano de 2019.

O debate O procurador-geral de Justiça do MPMG, Jarbas Soares Júnior, estava entre os convidados. "Nós precisamos resolver isso rápido, porque já são sete anos e meio que as pessoas estão passando as maiores carências que pode se imaginar. Sem ter casa, sem ter os seus modos de produção, sem ter vida, vivendo de transferência de recursos", defendeu.

Procurada pela Agência Brasil, a AGU, por meio de nota, contesta a declaração de Jarbas e apresenta um outro panorama. Segundo nota encaminhada pelo órgão, o governo já apresentou claramente a sua posição, e as reuniões para negociar o acordo têm acontecido segundo cronograma fixado no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), com sede em Belo Horizonte.

Procurada pela Agência Brasil, a AGU, por meio de nota, contesta a declaração de Jarbas e apresenta um outro panorama. Segundo nota encaminhada pelo órgão, o governo já apresentou claramente a sua posição, e as reuniões para negociar o acordo têm acontecido segundo cronograma fixado no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), com sede em Belo Horizonte.

Public notices from the Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas regarding land acquisition and public works.

Public notices from the Prefeitura Municipal de Jaborandi regarding land acquisition and public works.

Public notices from the Prefeitura Municipal de Candeias Sales regarding land acquisition and public works.

Public notices from the Prefeitura Municipal de Lapaço regarding land acquisition and public works.

Public notices from the Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas regarding land acquisition and public works.

Public notices from the Prefeitura Municipal de Jaborandi regarding land acquisition and public works.

Public notices from the Prefeitura Municipal de Lapaço regarding land acquisition and public works.